

# As Expressões Idiomáticas da Língua Portuguesa em Dicionários Monolíngues

## Portuguese Idioms in Monolingual Dictionaries

Camila Maria Corrêa Rocha<sup>a\*</sup>

<sup>a</sup>Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil

\*E-mail: pos@ibilce.unesp.br

### Resumo

As expressões idiomáticas (EI), objeto de estudo da presente análise, são unidades lexicais muito frequentes na linguagem coloquial e seu uso é automático em língua materna. Entretanto, quando pensadas como conteúdo lexical a ser ensinado a aprendizes de línguas estrangeiras, elas supõem dificuldades, em virtude de serem unidades lexicais metafóricas cristalizadas, cujo significado não pode ser compreendido mediante a compreensão isolada dos vocábulos que as compõem. Diante disso, este estudo visa a averiguar o tratamento lexicográfico dado a algumas EIs em dois dicionários monolíngues impressos do português: o Aurélio e o Houaiss. O corpus a ser analisado compõe-se de 16 EIs pertencentes ao campo semântico do vestuário e é parte de um glossário composto por aproximadamente 700 EIs de campos semânticos diversos elaborado em momento anterior de pesquisa. Acreditamos que os dicionários de língua, tratando-as de modo a respeitar suas especificidades como unidades lexicais complexas, podem ser um meio pelo qual os aprendizes de línguas estrangeiras consigam compreendê-las em sua totalidade, linguístico e culturalmente.

**Palavras-chave:** Expressão Idiomática. Dicionário. Lexicografia.

### Abstract

*Idioms, object of study in this analysis, are very frequent lexical units in colloquial language, whose use is automatic in native language. However, when thought of as lexical subject to be taught to foreign language students, they imply difficulties once they are fixed metaphorical lexical units whose meaning cannot be inferred from the comprehension of individual words which are part of them. Before it, this study aims to investigate the lexicographical treatment given to some idioms in two monolingual printed Portuguese dictionaries: Aurélio and Houaiss. The corpus to be analyzed consists of 16 idioms belonging to clothing semantic field, and is part of a glossary of approximately 700 idioms from diverse semantic fields, which was elaborated in a previous research study. We believe that language dictionaries, once their specificities as complex lexical units are respected, may be a means through which foreign language students can understand their wholeness, linguistic and culturally.*

**Keywords:** Idioms. Dictionary. Lexicography.

## 1 Introdução

O fazer lexicográfico praticado ao longo dos séculos e, conseqüentemente, as concepções de dicionário, foram sendo aperfeiçoados em concordância com a evolução da língua. O termo dicionário é segundo Farias (2007), originário do latim medieval *dictionary* e remete a conjunto de palavras; entretanto, a prática de organizar palavras em listas data do século VII a.C, tempo dos acádios, povos que habitavam a região central da Mesopotâmia. Tais listas eram organizadas em campos semânticos relativos às atividades mercantis praticadas na época. Os babilônios, juntamente com os acádios, construíram uma pré-história da lexicografia ao produzirem essas listas de palavras, três milênios antes da era cristã.

Lara (2004, p.149), ao tratar da história da Lexicografia, atribui-lhe um duplo valor:

a história da lexicografia, assim concebida, passa a ter um duplo valor: por um lado, evidencia a maneira como foram sendo forjados os métodos de elaboração dos dicionários,

que não foram nem simplesmente convencionais, nem muito menos arbitrários, como costumam acreditar os linguistas formados nos paradigmas científicos dominantes; por outro, é uma metodologia comparada, que nutre os tratados sistemáticos modernos de lexicografia.

Para Biderman (1984), o período da antiguidade não foi marcado pela produção de obras lexicográficas com a cientificidade que a Lexicografia tem hoje, mas, pode-se observar que houve um fazer lexicográfico, graças à elaboração de glossários, os quais foram elaborados por filólogos e gramáticos da escola grega de Alexandria e cuja função era auxiliar na compreensão de textos literários. Deste período, só há referências a obras lexicográficas gregas, aos glossários produzidos em Alexandria e ao *Appendix Probi*, datado do século III d.C. Este último consiste em uma lista de 227 palavras, consideradas de uso corrente e, portanto, inapropriadas para a época, com suas respectivas equivalências na norma culta.

Na Idade Média, período subsequente à Antiguidade,

a atividade lexicográfica foi intensa devido ao fato de as línguas terem ascendido a vernáculos; observou-se uma proliferação de glossários, enciclopédias e listas temáticas onomasiológicas bilíngues. Como explica Lara (2004, p.147) acerca dos glossários, sua nomenclatura era, em parte, copiada e as definições eram passadas de um dicionário para outro, geralmente sem modificações.

Neste período, as línguas faladas apresentavam-se tão diferentes do latim clássico, língua do direito, da igreja e da difusão do saber e da cultura, que a prática de fazer listas temáticas de palavras e explicá-las por meio de glosas tornou-se indispensável (FARIAS, 2007, p.91).

Com o tempo, os glossários foram sendo apresentados e reorganizados em decorrência da sua utilidade. Sua importância na história do fazer lexicográfico, conforme expõe Farias (2007), deve-se ao fato de eles serem a semente que germinou a confecção de dicionários. Inicialmente, seu uso restringia-se aos mestres, visto que eram textos complexos e volumosos; porém, com a descoberta da imprensa e a expansão da escolarização na Europa, os glossários passaram a ser mais acessíveis aos consulentes, que não mais restringiam-se aos mestres.

Biderman (1984, p.1), sob uma perspectiva crítica, ressalta que os glossários do período medieval, apesar de documentarem a concepção que se tinha do momento histórico, careciam de valor científico e cultural, visto que “baseiam-se numa concepção mística do mundo e da linguagem que tende a referir a língua e as palavras a um sistema de significação que se reporta a Deus, adulterando-lhes, pois, a natureza”.

Segundo Biderman (1984), a Idade Moderna é marcada por elevar a Lexicografia à condição de disciplina linguística. Este período foi marcado por uma prática lexicográfica bilíngue, como explica Farias (2007). No momento de transição entre a Idade Média e o Renascimento, começa haver necessidade de reformulação dos materiais didáticos e dos dicionários para o ensino do latim, ou seja, houve mudança na perspectiva pedagógica, contra o saber medieval, e pela retomada do latim, como explicita Acero Durántez (2003).

Nas palavras de Verdelho (2002, p.2), neste período,

a lexicografia começou a estruturar-se como disciplina linguística desde a primeira metade do século XVI, em vários centros humanísticos europeus. Foi inicialmente motivada pelas solicitações de ensino do latim como língua não materna, e encontrou na técnica tipográfica uma condição determinante para a sua configuração e difusão.

O século XVI também teve grande representatividade na consolidação dela. Neste período renascentista, as pessoas começaram a sair da reclusão em que viviam na Idade Média e a querer aprender as línguas europeias com vistas a ampliar suas vivências culturais, já que “[...] o homem renascentista precisava de outros instrumentos de intercâmbio linguístico num mundo que se abria para um novo diálogo e trocas entre as jovens nações europeias” (BIDERMAN, 1984, p.2).

Esta necessidade culminou na existência de dicionários bilíngues em francês, espanhol, italiano e português, mesmo que possuidores de falhas e resultantes da cópia dos já existentes. O Renascimento também contou com a publicação dos primeiros Thesaurus (tesouros), ou dicionários de uma única língua, como destaca Farias (2007), além de dicionários elaborados pelos jesuítas, verdadeiros manuais escolares direcionados para a formação linguística.

Neste contexto, surgem os primeiros dicionários bilíngues espanhóis: o dicionário castelhano-latim *Universal Vocabulario*, publicado em 1490 por Alonso Palencia, e o dicionário latim-catalão (1507), de Antonio de Nebrija. Em Portugal, a obra mais monumental da lexicografia portuguesa publicada no Renascimento é o *Vocabulario Portuguez e Latino*, um dicionário essencialmente monolíngue escrito por Rafael Bluteau com algumas informações secundárias em latim. Este dicionário é considerado uma obra de referência por apresentar a teorização lexicográfica do período histórico, terminologias técnicas e variações regionais e cronológicas.

No século XVII, emergem de forma abundante os dicionários monolíngues e plurilíngues, o que decorre da valorização das línguas vernáculas e de interesses comerciais. Deste modo, o latim passa a conviver com tais línguas.

Já no século XVIII, são publicadas, com os franceses Diderot e D’Alembert, as enciclopédias, repertórios gerais dos conhecimentos humanos. Biderman (1984, p.13) define-as como “[...] obras de referência que buscam reunir o máximo de informação sobre os mais variados domínios do conhecimento para consumo do público em geral, e não de especialistas” e Verdelho (2002) acrescenta que elas originam-se da tradição greco-latina, sendo, portanto, anteriores à elaboração dicionarística.

Ao retratarem a Lexicografia do século XVIII na Europa, Krieger *et al.* (2006, p.174) destacam que

[...] a história da lexicografia na Europa, particularmente no século XVIII, está fortemente vinculada a reorganizações de caráter geopolítico que levam ao surgimento das nações europeias, e a consequente preocupação com a unidade linguística dessas nações.

Este período foi marcado também, em Portugal, pela publicação, em 1789, do dicionário da língua portuguesa, de Antonio de Moraes Silva, uma obra que foi referência ao configurar um modelo de dicionário de língua e impulsionar a Lexicografia monolíngue. Ele tornou-se “[...] testemunho privilegiado da evolução do vocabulário português e simultaneamente um factor de referência e de padronização” (VERDELHO, 2002, p.11). Também merece destaque, no cenário lexicográfico português da época, o *Dicionário da Academia Real das Ciências*, publicado em 1793 em um único volume; entretanto, a nomenclatura restringiu-se à letra a. Ele refletiu o nacionalismo português bem como a necessidade de valorização da língua portuguesa, conforme explicita Verdelho (2002).

No século XIX, com o surgimento da Linguística Histórica, aparecem os dicionários históricos e etimológicos, assim como dicionários de línguas regionais e de campos especializados, conforme explicita Farias (2007). Este século também foi o marco da escolarização destas obras em Portugal, ou seja, da publicação de dicionários funcionais, como explica Verdelho (2002, p.15): “a divulgação do dicionário de língua e a sua adequação ao uso quotidiano e à exercitação escolar, constitui o facto mais relevante na história da lexicografia portuguesa dos séculos XIX e XX”. Concebe-se, deste modo, o dicionário como um texto que obedece a um padrão, acessível e cada vez mais independente do latim.

No que concerne ao século XX, Farias (2007) explica que ele foi marcado por uma diversidade de obras lexicográficas, as quais decorreram do desenvolvimento acelerado na produção delas na França, na Inglaterra, na Alemanha, em Portugal, na Espanha e no Brasil. O dicionário torna-se, deste modo, um objeto de consumo necessário:

a lexicografia se expande e assume modalidades várias em função do vasto público, das grandes massas sequiosas de informações sobre a sua língua, sobre as línguas estrangeiras e sobre o universo (BIDERMAN, 1984, p.3).

O século XX teve grande representatividade na lexicografia brasileira, visto que surgem os primeiros dicionários, alguns em coedição com Portugal, outros editados nacionalmente. É neste período também que a Academia Brasileira de Letras publica um dicionário de língua portuguesa. Como explicam Krieger *et al.* (2006, p.174), “é, pois, somente nesse período, ainda recente, que é interrompido um vazio de quatro séculos com o efetivo nascimento da lexicografia nacional [...]”. Neste contexto, os dicionários tornam-se os responsáveis por testemunhar a história da constituição do léxico do Brasil, que vai construindo-se de forma gradativa.

Welker (2006) nomeia os cinco dicionários brasileiros publicados no século XX que considera os mais representativos da contemporaneidade: o Aurélio, o Michaelis, o Houaiss, o DUP- Dicionário de usos do português do Brasil e o Dicionário UNESP da língua portuguesa, e subdivide-os dois grupos. Ao primeiro grupo pertencem o Aurélio, o Michaelis e o Houaiss, os quais, além de possuírem mais de 100 mil verbetes, não se baseiam num corpus do português brasileiro contemporâneo. Sua utilidade, segundo o autor, deve-se à presença de palavras pertencentes a línguas especializadas, regionalismos, arcaísmos; por outro lado, faltam-lhes informações sintático-semânticas e pragmáticas. O segundo grupo engloba os dois dicionários organizados por Francisco Borba, o DUP e o Dicionário UNESP da língua portuguesa. Ambos têm como base um corpus do português brasileiro contemporâneo informatizado, o que garante presença reduzida de palavras em desuso.

No presente estudo, os dicionários nos quais o corpus será investigado são dois dos que compõem o primeiro grupo, segundo a classificação de Welker: o Aurélio e o

Houaiss. A escolha deles justifica-se por considerarmos, a par de suas limitações, e assim como Welker (2006), sua representatividade na cultura lexicográfica brasileira dos séculos XX e XXI. Será averiguada a frequência com que um *corpus* de 16 expressões idiomáticas da língua portuguesa, pertencentes ao campo semântico do vestuário, aparece nos dicionários, assim o tratamento lexicográfico dado por estas obras lexicográficas a elas. Em pesquisas anteriores, nas quais utilizamo-nos dos dicionários, mas não o tínhamos como foco sob a perspectiva lexicográfica, uma breve consulta a alguns deles demonstrou que a presença de EIs é constante, porém, em geral, problemática, o que objetivamos confirmar.

## 2 O Dicionário Como Repositório dos Saberes Lexical e Cultural

A linguagem humana possui duas dimensões, a oral e a escrita. Sabe-se que a oralidade é anterior à escrita, ou seja, o falante adquire o léxico das línguas pela linguagem oral, ainda que muito do que é oralizado se perca por seu caráter efêmero, conforme expõe Biderman (1998). A escrita seria a outra face da linguagem, responsável pela expansão e registro do oral; sua importância deve-se ao fato dela ser a portadora, a reveladora das mudanças sociais e culturais que ocorrem ao longo dos séculos. Inversamente à linguagem oral, a escrita constitui a dimensão linguística responsável por acumular e conter os tesouros lexical e cultural, de acordo com Biderman (1998, p.163): “[...] é a variedade escrita que é a guardiã e depositária da herança cultural e literária do idioma e que constitui o alicerce da língua em sua continuidade histórica”.

Um dos instrumentos de registro e perpetuação desta língua escrita é o dicionário. Alcaraz (2006, p.123) afirma que “[...] o dicionário é a arma que deve estar sempre ao alcance de quem está permanentemente às voltas com as palavras”. Biderman (1998) define-o como porta voz da sociedade, como aquele que deve registrar o uso da língua consagrada pelos escritores bem como os usos linguísticos correntes. A opinião da autora, com a qual concordamos, é a de que, ainda que o dicionário privilegie a língua escrita socialmente valorizada,

[...] ele deve descrever também os diferentes níveis de linguagem, os registros sociais e, assim, não só identificar o vocabulário e os usos marcados como típicos da linguagem coloquial, apontando os itens lexicais característicos de um uso popular, vulgar, chulo, as gírias e palavras e expressões obscenas (BIDERMAN, 1998, p.166).

Para Lara (2004, p.143), o dicionário é um fenômeno verbal complexo no qual está depositada a memória do léxico. Ele tem várias utilidades, podendo servir

[...] como instrumento de tradução e entendimento entre os falantes de duas ou mais línguas, quando se trata dos dicionários bi e multilíngues; como horizonte normativo dos falantes de uma língua e de seus diferentes dialetos; como discurso culto, referido ao estado em que se encontra uma comunidade linguística particular, e situado em seu caráter político e cultural.

Por seu caráter didático, ele deve ser, portanto, representativo da linguagem em sua integralidade, quer do registro padrão, quer do coloquial. Assim, tanto mais didático ele será quanto mais conseguir evidenciar os valores semânticos dos vocábulos, de modo a apresentar ao consultante o universo de significação no qual ele se insere.

Por outro lado, Alcaraz (2006) chama a atenção para a necessidade de que o dicionário seja para o falante um instrumento norteador, não um guia a ser cegamente seguido, posto que possui limitações. Sabe-se que, em alguns casos, uma consulta a ele não será suficiente para se resolver problemas relativos à significação, principalmente quando há a ausência de contexto. Isso porque as palavras, segundo Alcaraz (2006, p.122),

[...] não são átomos à deriva no vasto universo linguístico; são, antes disso, elos que ocupam um lugar específico no tecido da linguagem, e, se mal colocadas, perdem seu valor, chegando a causar problemas de interpretação na comunicação oral e escrita.

Para Krieger (2006), o dicionário é o único lugar onde o léxico de um idioma aparece delimitado e organizado. No entanto, deve-se ter em mente que este instrumento de informação não abarca todo o vocabulário, devido à sua constante expansão, às criações neológicas e ao fato de unidades lexicais caírem em desuso e acabarem tornando-se arcaísmos. Em virtude da impossibilidade de enquadrar todo o vocabulário de uma língua, Correia (2008) defende que os bons dicionários são aqueles que delimitam o léxico que o apresentam em função da frequência de uso das unidades lexicais e do público-alvo para o qual estão sendo elaborados. Isso pressupõe certa ausência de normatividade, já que neles constarão registros orais e informais que fogem à normatização linguística.

Na Linguística moderna, o foco é a oralidade das línguas e a naturalidade da língua falada, o que resulta no desprezo, segundo Lara (2004, p.134), do discurso culto, da língua escrita e de todos os instrumentos veiculadores desta modalidade linguística, dentre eles, o dicionário. Estas questões têm como consequência, a “[...] quase ausência de uma consideração/análise dos dicionários na semântica contemporânea, na pragmática, qualquer que seja sua definição, e na teoria da linguagem”.

Inserindo-o na história dos estudos linguísticos, Nunes (2006) explica que foi somente na década de 70 que o dicionário começou a ser tratado do ponto de vista científico, ainda que já se organizassem listas de palavras desde a Idade Média, devido à percepção do ser humano de que as palavras poderiam eliminar o silêncio do discurso. Esta primeira forma de organização das palavras, os glossários, foi estudada por duas tendências linguísticas: a Lexicologia e a Lexicografia. Nunes (2006, p.149) explica que “a lexicologia identifica e descreve as unidades lexicais, enquanto a lexicografia desenvolve métodos e técnicas para produzir dicionários”.

Disso resulta, segundo o autor, que a primeira constrói-se de um saber especulativo, ao passo que a segunda, a lexicografia, constitui-se de um saber prático que prioriza a aquisição da escrita, visto que estabelece métodos de confecção de dicionários.

Para Correia (2008, p.3), “a lexicologia ocupa-se de descrever a estrutura do léxico, o modo como se organiza, as regularidades apreensíveis no léxico, que têm vindo progressivamente a tornar-se mais claras para o observador”.

No cenário atual dos estudos linguísticos, ambas as disciplinas estão se firmando como ciências da linguagem; desde o estruturalismo, elas vinham sendo marginalizadas, entre outros motivos, devido à dificuldade na delimitação do seu objeto, a palavra. Isso porque o léxico constitui-se um objeto multifacetado, heterogêneo e que está em constante mobilidade. Neste cenário, coube à Lexicografia “identificar e estabelecer o léxico ou os subconjuntos léxicos das línguas para organizá-las em dicionários” (KRIEGER, 2006, p.2).

Lara (2004) defende que a Lexicografia é uma metodologia, por oferecer métodos e procedimentos para criar seu objeto, o dicionário, e não uma teoria, ou seja, ela é uma disciplina linguística que engloba técnicas e arte; as técnicas são observáveis na composição da nomenclatura, na decisão sobre a ordem das entradas, na proposição das explicações gramaticais sobre o lema; a arte é detectável na reconstrução do significado do texto do lema, no discurso da definição e na escolha dos exemplos; assim, a arte encontra-se “em toda essa <<arquitetura>> semântica e simbólica que se plasma no artigo lexicográfico, e que não se forja na pura aplicação do método [...]” (LARA, 2004, p.152).

Em nossos estudos, concebemos a Lexicografia como a ciência do dicionário, da sua prática e confecção por um cientista lexicógrafo. É uma técnica científica que se ocupa dos princípios que norteiam a elaboração dos dicionários e de outros repertórios lexicais; uma disciplina no âmbito da Linguística Aplicada que abarca os problemas teóricos e práticos que surgem na elaboração dos dicionários. Nesta linha, Krieger (2006) acredita que cumprir o complexo programa de elaborar dicionários demonstra que este é um texto organizado a partir de regras próprias, de modo que a Lexicografia não se resume a simples compilação do léxico; ela é, antes de tudo, uma disciplina da Linguística Aplicada constitutiva de paradigma teórico-metodológico.

Portanto, a relevância da Lexicografia nos estudos da linguagem reside no seu objeto de estudo, o dicionário, o qual concebemos como a mais importante referência cultural da civilização moderna.

Definimos, desse modo, os dicionários como objetos culturais que testemunham uma civilização. Por isso, defendemos que devem estar registrados neles as normas sociais da época e as marcas de uso dos falantes, assim como Cano (1998, p.206), para quem

[...] o dicionário da língua é uma instituição linguística e

cultural de uma sociedade, exerce um papel fundamental na transmissão do saber científico, e está apto a responder às necessidades dos membros da comunidade, facultando ao usuário leigo o acesso a ambientes socialmente distintos.

A autora diz que a escolha dos conteúdos lexicais a serem apresentados nos dicionários deve ser baseada nos seguintes critérios: na frequência de uso e na necessidade de designar determinada realidade, já que sua função é melhorar a competência comunicativa dos usuários da língua.

Para que ele tenha objetivo pedagógico, Cano (1998) assinala que nele devem estar definidos termos correntes da língua, ou seja, um vocabulário que seja conhecido pelos falantes nativos. Neste sentido, acreditamos que as expressões idiomáticas, cristalizadas por sua alta frequência de uso, deveriam constar nos dicionários com informações que levassem em consideração seu caráter fraseológico.

Corpas Pastor (2003) explica que a localização das unidades fraseológicas nos dicionários, em especial das expressões idiomáticas, e sua disposição alfabética vêm sendo um dos temas mais debatidos nos estudos lexicográficos, posto que não há unanimidade entre os estudiosos ao tratar de tais unidades. Segundo ela, os dicionários, quando as incluem, o fazem considerando-as de duas maneiras: como uma macroestrutura e como uma microestrutura. A primeira consiste em apresentá-las como um lema, de forma independente, ao passo que na segunda, que é a forma de inclusão mais comum, segundo a autora, elas são apresentadas como uma informação a mais sobre determinado lema, como subentradas, nas palavras de Xatara (2004, p.268):

[...] a fraseologia se faz presente invariavelmente como subentradas de um dos termos da expressão, cuja escolha muitas vezes não obedece a um padrão criterioso, o que deixa a consulta morosa e confusa”.

A mesma autora ainda explica que a presença das EI nos dicionários, muitas vezes, não leva em consideração a sua frequência de uso, uma vez que muitas delas, ainda que sejam pouco usuais, persistem nos dicionários, ao passo que outras, cuja frequência de uso é alta, não são incluídas.

Esta problemática acerca da inclusão das EI e da forma como ela é feita envolve outra questão complexa: a definição lexicográfica, sobre a qual se debruçam os lexicógrafos, segundo Porto Dapena (2002).

A observação que propomos a fazer do tratamento lexicográfico dado às EI pertencentes ao corpus a ser analisado focaliza a maneira como elas são incluídas nos dicionários, na microestrutura ou na macroestrutura, bem como a definição lexicográfica que lhes é dada, com base na tipologia de definições lexicográficas proposta por Porto Dapena (2002). A observação da maneira como as EI são incluídas nos dicionários, pela microestrutura ou pela macroestrutura justifica-se em virtude de divergências existentes entre os fraseólogos acerca desta questão. A definição lexicográfica como elemento a ser analisado, por sua vez, deve-se ao fato

dela ser, dentre os itens que compõem a microestrutura de um verbete, o mais complexo e, portanto, sobre o qual se debruçam os lexicógrafos, conforme expõe Porto Dapena (2002) e com o qual concordamos.

Definição lexicográfica é, para Porto Dapena (2002), todo tipo de equivalência que é estabelecida entre a entrada e explicações que a definam em dicionários monolíngues. Ao mencionar, em sua definição, os dicionários monolíngues, o autor esclarece que, em geral, nos dicionários bilíngues não há definições lexicográficas; o que há são equivalentes na língua de chegada.

O autor ainda propõe uma tipologia de tais definições, a qual será utilizada para a análise das EI nos dicionários. Assim, as definições lexicográficas podem ser: a) enciclopédica; b) e linguística. Esta última subdivide-se em conceitual e explicativa; a definição linguística conceitual, por sua vez, pode ser perifrástica ou sinonímica.

A definição enciclopédica é aquela na qual o lexicógrafo utiliza-se de todos os elementos possíveis para identificar a realidade designada pela palavra definida. Esta definição é comumente utilizada para a designação de palavras relativas à fauna, à flora e às terminologias.

O segundo tipo de definição é a linguística, que tem por objetivo explicar ou identificar a entrada, utilizando-se da metalinguagem. Esta tipologia subdivide-se em conceitual e explicativa, sendo que, na primeira, o conteúdo significativo da entrada é expresso com outras palavras e, na segunda, ele é expresso mediante informações sobre os usos, os valores e as funções que a palavra assume. A definição linguística conceitual pode manifestar-se de dois modos: por meio de perifrases e por meio de sinônimos, ou seja, a partir de uma definição perifrástica- uma frase ou um sintagma-, e por uma definição sinonímica- um sinônimo, respectivamente (PORTO DAPENA, 2002).

A definição linguística conceitual perifrástica é a mais utilizada na lexicografia monolíngue tradicional por ser analítica; já a sinonímica, apesar de aceita, não se sobrepõe à outra, como explica Porto Dapena (2002).

### **3 As Expressões Idiomáticas do Português em Dicionários Monolíngues**

Entendemos por expressão idiomática um sintagma representativo do caráter pragmático da língua formado por unidades lexicais, cuja significação não pode ser apreendida do significado dos elementos que a compõem. Para Xatara (1995, p.207),

uma expressão idiomática é um sintagma metafórico, cristalizado em um idioma pela tradição cultural, ou seja, consagrado pelo uso, pela frequência do emprego (tendo passado do individual para o social).

Segundo Ortíz Alvarez (2000), elas albergam parte da riqueza da linguagem, visto que sua compreensão vai além da função nominativa dos signos que as compõem; soma-se a isso

sua imprevisibilidade na forma e no sentido, a expressividade e o realce com que elas referenciam saberes enraizados na cultura da qual fazem parte. Sua existência e perpetuação dependem do elemento cultural, o qual pode eliminá-las, bem como alterá-las.

No quadro abaixo, são apresentadas as 16 expressões idiomáticas constitutivas do corpus, bem como a definição lexicográfica atribuída a cada uma pelos dois dicionários observados: o *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2004) e o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001).

Palavras-chave da EI	Expressão idiomática	Definição lexicográfica Dicionário Aurélio (2004)	Definição lexicográfica Dicionário Houaiss (2001)
BOTA	1) Bater as botas	Morrer.	Morrer; bater as conjuntas.
	2) Onde Judas perdeu as botas	-	Em local muito distante.
CASACA	3) Virar a casaca	Mudar de opinião ou partido; voltar a casaca, virar bandeira.	Mudar de partido, time, opinião.
CHINELO	4) Botar no chinelo	Levar vantagem; suplantar; meter o chinelo, pôr no chinelo.	Mostrar-se superior num confronto; suplantar; meter no chinelo; pôr no chinelo.
CUEIRO	5) Recém saído dos cueiros	-	-
MANGA	6) Dar panos pra manga	Dar que falar.	Dar motivos para comentários, dar o que falar.
	7) Ter cartas na manga	-	-
MEIA	8) Fazer um pé de meia	-	-
PANO	9) Pôr panos quentes	Medidas com que se tenta substituir ou adiar uma solução; contemporização; panos mornos, trapos quentes.	Atos, providências que visam contornar situações difíceis, ou adiar soluções.
ROUPA	10) Lavar a roupa suja	Detalhes pouco lisonjeiros da vida de alguém. [Us. Ger. Com o verbo lavar].	Pôr em discussão, ante a família, um grupo de amigos, etc., problemas íntimos e particulares.
	11) Ser fogo na roupa	1. Ser difícil, complicado, trabalhoso, complexo. 2. Ser de gênio complicado, estranho, ser de convívio ou trato difícil.	1) Ser coisa difícil de conseguir ou de realizar. 2) Pessoa irrequieta, travessa. 3) Ser pessoa mal-humorada, difícil de guentiar ou de tratar; ser pessoa imprevisível.
SALTO	12) Descer do salto	-	-
SAPATO	13) Ser a pedra no sapato	Empecilho que incomoda constantemente.	Obstáculo que importuna incessantemente.
TAMANCO	14) Descer dos tamancos	-	-
TRAPO	15) Juntar os trapos	-	Casar-se ou amasiar-se; juntar os trapinhos.
	16) Estar um trapo	-	-

**Quadro 1:** Expressões idiomáticas constitutivas do corpus e definição lexicográfica

1. Bater as botas: Esta EI aparece na microestrutura da entrada *bota* nos dois dicionários em análise. Quanto à definição lexicográfica, ambos propõem uma definição linguística conceitual perifrástica, ao explicarem o significado da EI como morrer. Por outro lado, o Houaiss também propõe uma definição linguística conceitual sinonímica (*bater as conjuntas*).
2. Onde Judas perdeu as botas: Esta EI não é mencionada no Aurélio; no Houaiss, ela aparece na microestrutura da entrada *Judas*, ainda que consideremos que sua palavra-chave é o substantivo *bota*. A definição lexicográfica que lhe é atribuída, segundo a classificação de Porto Dapena (2002), enquadra-se na tipologia linguística conceitual perifrástica no dicionário Houaiss.
3. Virar a casaca: A EI aparece, nos dois dicionários, na microestrutura da entrada *casaca*. Tem-se uma definição lexicográfica linguística conceitual perifrástica, em ambos os dicionários analisados. Porém, o Aurélio propõe também uma definição linguística conceitual sinonímica, ao apresentar as EI *voltar a casaca* e *virar bandeira* como sinônimos.
4. Botar no chinelo: Incluída na microestrutura da entrada *chinelo*, nos dicionários Aurélio e Houaiss, esta EI é definida em ambos por meio de perífrases (como observa-se em *levar vantagem; suplantar* e *mostrar-se superior num confronto; suplantar*) e pela sinonímia (*meter o chinelo, pôr no chinelo*).

5. Recém saído dos cueiros: Não consta em nenhum dos dicionários.
6. Dar panos pra manga: Os dicionários em análise apresentam-na na microestrutura da entrada *pano*, ainda que a tenhamos incluído pela palavra-chave *manga*. A definição lexicográfica utilizada pelos autores dos dois dicionários é a linguística conceitual sinonímica. O Houaiss também inclui uma perífrase na definição, como observa-se em *dar motivos para comentários*.
7. Ter cartas na manga: Não está presente nos dicionário em análise.
8. Fazer um pé de meia: Esta EI não é proposta pelos dicionários em análise.
9. Pôr panos quentes: Incluída na microestrutura de *pano*, o Aurélio e o Houaiss trazem definições linguísticas conceituais perifrásticas; porém, o Aurélio complementa-a com os sinônimos *panos mornos* e *trapos quentes* (definição linguística conceitual sinonímica).
10. Lavar a roupa suja: Aparece na microestrutura de *roupa-suja*, no Aurélio e no Houaiss. No Aurélio, a EI é proposta como *roupa suja* e é conceituada por meio de uma definição linguística conceitual perifrástica e também com uma definição linguística explicativa, a qual é observável pelas informações sobre os usos da EI com o verbo lavar. O Houaiss, por sua vez, apresenta uma definição linguística conceitual perifrástica.
11. Ser fogo na roupa: Esta EI aparece dentro da microestrutura de *fogo* nos dois dicionários. Todas as definições apresentadas nos dicionários em análise constituem definições linguísticas conceituais perifrásticas.
12. Descer do salto: Esta EI não é proposta pelos dicionários.
13. Ser a pedra no sapato: No interior da microestrutura *pedra*, o dicionário Aurélio e o Houaiss propõem-na por meio de uma definição linguística conceitual perifrástica.
14. Descer dos tamancos: EI não mencionada pelas obras lexicográficas analisadas.
15. Juntar os trapos: Na microestrutura de *trapo*, o dicionário Houaiss apresenta duas perífrases pra definir a EI (casar-se e amasiar-se), além de uma definição linguística conceitual sinonímica, observável em *juntar os trapinhos*. No Aurélio, ela não consta.
16. Estar um trapo: A EI não consta nas obras consultadas.

#### 4 Resultados e Discussão

Da observação da presença das EI nos dicionários Aurélio e Houaiss, pôde-se chegar a algumas conclusões. A primeira delas é a de que, como já havia destacado Corpas Pastor (2003), predominou a proposição das EI na microestrutura dos verbetes, porém, de maneira confusa, já que, consideradas por nós como subentradadas dos termos relativos ao campo semântico do vestuário, algumas delas não foram localizadas na microestrutura destes termos, mas de outros. Conforme ressaltou Xatara (2004) é comum que a escolha do termo a partir do qual a EI vai ser apresentada muitas vezes não obedeça a um padrão criterioso, como pudemos observar.

Ainda que concordemos com Cano (1998), para quem a seleção dos conteúdos lexicais a comporem um dicionário deve obedecer a alguns critérios, tais como a frequência de uso da palavra e seu papel na construção de um usuário competente da língua, pôde-se averiguar, nesta pequena amostra de 16 EI, que algumas não foram mencionadas por nenhum dos dicionários, ainda que eles sejam considerados os mais representativos da cultura lexicográfica brasileira que se desenvolveu no século XX. Defendemos a presença das EI nesta instituição linguística transmissora de valores culturais que é o dicionário, já que elas são unidades lexicais nas quais estão impressos saberes culturais, mitos, crenças e valores da sociedade que as emprega.

Outro ponto a ser destacado é a inexistência de definições enciclopédicas, a qual, conforme já visto, é comum na designação de realidades específicas, para as quais as definições linguísticas são insuficientes. No caso das EI, acreditamos que sua explicitação pode dar-se sem que seja necessário recorrer a terminologias científicas para que seu sentido seja compreendido; em outras palavras, julgamos desnecessário o uso de definições enciclopédicas para a conceituação das EI.

Pôde-se averiguar, também, sob outra perspectiva, a preferência dos autores dos dicionários monolíngues em análise pelo uso da definição linguística conceitual. Porto Dapena (2002) explica que, entre os lexicógrafos, ela é preferível em relação à explicativa; esta, por sua vez, chegou a ser considerada como imprópria nos estudos lexicográficos, devendo ser utilizada somente para conceituar palavras gramaticais, ou seja, palavras que carecem de significado léxico. Em “lavar a roupa suja”, observa-se a presença de definição linguística explicativa como complemento da definição linguística conceitual perifrástica, quando o autor esclarece que tal EI é utilizada, geralmente, com o verbo lavar. Acreditamos que, no caso das expressões idiomáticas, este tipo de definição serviria como complemento de uma definição perifrástica.

Ressaltamos, por fim, que prevaleceram as definições linguísticas conceituais perifrástica e sinonímica. Para Porto Dapena (2002), a perifrástica é a mais utilizada na lexicografia monolíngue tradicional. Por ser analítica e, portanto, capaz de oferecer uma definição que um dicionário monolíngue exige. A nosso ver, estes dois tipos de definição (a perifrástica e a sinonímica) devem ser combinados na definição lexicográfica das EI nos dicionários monolíngues da língua portuguesa. Isso porque estas unidades lexicais são metafóricas, ou seja, seu sentido não pode ser depreendido mediante a observação do significado isolado das palavras que as constituem; disso resulta uma complexidade na significação, a qual pode ser minimizada pela proposição de uma definição conceitual que apresente uma perífrase e que seja complementada por sinônimos.

## 5 Conclusão

Constatamos de modo geral, um tratamento lexicográfico dado às EI uniforme, no que concerne à definição lexicográfica, e condizente com suas especificidades; por outro lado, verificamos uma assistemática no tocante à sua presença nos dicionários e à forma de proposição como subentendidas de um lema.

## Referências

ACERO DURÁNTEZ, I. La lexicografía plurilingüe del español. In: MEDINA GUERRA, A.M. (Coord.). *Lexicografía española*. Espanha: Ariel, 2003, p.205-233.

ALCARAZ, R.C. *Dicionário: alcance e limites*. Fragmentos, Florianópolis, n.30, p.121-127, 2006.

BIDERMAN, M.T.C. A ciência da lexicografia. *Revista Alfa*, São Paulo, n.8, p.1-26, 1984.

\_\_\_\_\_. O dicionário como norma na sociedade. In: CARVALHO, N.M.; SILVA, M.E.B. *ENCONTRO NACIONAL DA GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL*, 1., Recife. Anais... 1998. Recife. p.161-180.

CANO, W.M. Os dicionários de língua, a norma cultural e os terminologismos. In: CARVALHO, N.M.; SILVA, M.E.B. *ENCONTRO NACIONAL DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL*, 1., Rio de Janeiro, 1998. Anais... Rio de Janeiro. 1998, p. 205- 215.

CORPAS PASTOR, G. *Diez años de investigación en fraseología: análisis sintáctico- semántico contrastivo y traductológicos*. Madrid: Iberoamericana, 2003.

CORREIA, M. Lexicografia no início do século XXI- novas perspectivas, novos recursos e suas consequências. In: ALEXANDRE JÚNIOR, M. (Coord.). *Actas do Colóquio*. Lisboa: Centro de estudos Clássicos/FLUL, 2008.

FARIAS, E.M.P. Uma breve história do fazer lexicográfico. *Revista Trama*, v.3, n.45, p.89-98, 2007.

HOUAISS, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRIEGER, M.G. *et al.* O século XX, cenário dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira: relações com a identidade do português do Brasil. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.173-187, 2006.

LARA, L.F. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUIERDO, A.N.; KRIEGER, M.G. (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004, p.133-152.

NUNES, J.H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p.147-172.

ORTÍZ ALVAREZ, M.L. *Expressões Idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

PORTO DAPENA, J.Á. *Manual de técnica lexicográfica*. Madrid: Arco Libros, 2002.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J.H.; PETTER, M. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002

WELKER, H.A. Breve histórico da metalexigrafia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros. *Matraga* 19, Rio de Janeiro, 2006, p.69-84.

XATARA, C.M. O resgate das expressões idiomáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v.39, p.195-210, 1995.

\_\_\_\_\_. As unidades fraseológicas e terminológicas em dicionários bilíngües gerais. In: ISQUIERDO, A.N.; KRIEGER, M.G. *As ciências do léxico. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2004, p.267-287.